

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

CADERNO 2
ANO 1 – ANO 5

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS



CADERNO 2 PLANO DE AÇÃO

ANO 1 – ANO 5



O Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios do Concelho da Sertã encontra-se dividido em dois volumes e dois anexos:

Volume 1 – Informação de Base + Anexos

Volume 2 – Plano de Acção + Anexos



1. ENQUADRAMENTO DO PLANO MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMAS DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	8
2. ANÁLISE DO RISCO, VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO	10
2.1. Cartografia dos combustíveis florestais	10
2.2. Cartografia de risco	10
2.2.1 Mapa de perigosidade de incêndio florestal	10
2.2.2 Mapa de risco de incêndio florestal	11
2.3. Cartografia de prioridades de defesa	11
3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI	12
3.1 Tipologia do Concelho	12
3.2. Objectivos e metas	13
4. EIXOS ESTRATÉGICOS	14
4.1 1º EIXO ESTRATÉGICO – Aumento da Resiliência do Território	14
4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	15
4.1.1.1 Rede de Faixas e mosaicos de parcelas de Gestão de Combustível (FGC e MPGC)	15
4.1.1.2 Rede Viária Florestal (RVF)	17
4.1.1.3 Rede Pontos de Água (RPag)	19
4.1.1.4 Silvicultura no âmbito da DFCI	22
4.1.2 Planeamento das acções referentes ao 1º Eixo Estratégico	23
4.1.2.1 Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Viária Florestal e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível, Rede Viária Florestal e Rede de Pontos de Água	24
4.1.2.2 Rede de Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Viária Florestal e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	24
4.1.2.3 Rede Viária Florestal (RVF)	28
4.1.2.4 Rede de Pontos de Água (RPag)	28
4.1.3 1º EIXO - Metas e Indicadores	30
4.1.4 1º EIXO – Orçamento e Responsáveis	31
4.2 2º EIXO ESTRATÉGICO – Redução da Incidência dos Incêndios	32
4.2.1 Avaliação	33
4.2.2 Fiscalização	35
4.2.3 Planeamento das acções referentes ao 2º EIXO	36



4.2.3.1 Sensibilização	36
4.2.3.2 Fiscalização	37
4.2.3.3 2º EIXO - Metas e Indicadores	37
4.2.3.4 2º EIXO – Orçamento e Responsáveis	39
4.3 3º EIXO ESTRATÉGICO – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios	40
4.3.1. Avaliação	40
4.3.1.1 Vigilância e Detecção	40
4.3.1.2 1ª Intervenção	41
4.3.1.3 Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	42
4.3.2 Planeamento das acções referentes ao 3º Eixo Estratégico	43
4.3.3 Orçamento e responsáveis	43
4.4 4º EIXO ESTRATÉGICO – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas	44
4.4.1 Avaliação	44
4.4.1.1 Estabilização de Emergência	44
4.4.1.2 Reabilitação de povoamentos e de habitats florestais	45
4.4.2 Planeamento das Ações referentes ao 4º Eixo Estratégico	45
4.4.2.1 Estabilização de Emergência	45
4.4.2.1 Reabilitação de povoamentos e de habitats florestais	47
4.5 5º EIXO ESTRATÉGICO – Adopção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	48
4.5.1 Avaliação	49
4.5.1.1 Formação	49
4.5. Planeamento das ações referentes ao 5º Eixo Estratégico	49
4.5.2.1 Organização SDFCI	49
4.5.2.1.1 Entidades intervenientes e identificação de ações	49
4.5.2.1.2 Programa de Formação e Estimativa Orçamental	49
4.5.2.1.3 Reuniões anuais da CMDFCI - Cronograma	50
4.5.2.1.4 Vigência do PMDFCI e aprovação anual do POM	51
5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI	52



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Objectivos e Metas (Ano 1 ao Ano 5)	13
Quadro 2 – Faixas de gestão de Combustível por Estrutura	16
Quadro 3 – FGC por Tipologia e respectiva Percentagem	17
Quadro 4 – Distribuição da RVF por Classe	19
Quadro 5 – Distribuição da RPag por Classe	22
Quadro 6 – Distribuição Anual por tipologia de FGC	25
Quadro 7 – Distribuição anual, em Km, da RVF com necessidade de intervenção	28
Quadro 8 – Rpag - Distribuição anual da intervenção a realizar	29
Quadro 9 – 1º EIXO - Metas e Indicadores	30
Quadro 10 – 1º EIXO - Orçamento e Responsáveis	31
Quadro 11 – 1º EIXO - Orçamento Global	31
Quadro 12 – Resumo das Causas de Incêndios Florestais no Concelho da Sertão – Por Tipologia	34
Quadro 13 – Diagnóstico dos Comportamentos de Risco do Concelho da Sertão	34
Quadro 14 – Inventariação de Autos e instrução de processos	36
Quadro 15 – Sensibilização – Grupo-alvo, Propostas e objectivos	37
Quadro 16 – 2º EIXO – Metas e Indicadores	38
Quadro 17 – 2º EIXO – Orçamento e Responsáveis	39
Quadro 18 – Índice entre o nº de incêndios e o nº total de equipas de vigilância e deteção (2013-2014)	41
Quadro 19 – Índice entre o nº de incêndios e o nº total de equipas de 1ª Intervenção (2013-2014)	42
Quadro 20– Nº de reacendimentos/ano (2002-2014)	42
Quadro 21 – 3º EIXO – Metas e Indicadores	43
Quadro 22 – 3º EIXO - Orçamento e Responsáveis	43
Quadro 23 – 4º EIXO – Vectores de actuação e respectivas medidas de mitigação dos riscos de erosão	46
Quadro 24 – 4º EIXO – Indicação temporal para adequada remoção de material lenhoso após incêndio florestal	47
Quadro 25 – Necessidades de Formação da CMDFCI	49
Quadro 26 – Entidades intervenientes pelas ações dos eixos estratégicos	49
Quadro 27 – Programa de formação e estimativa orçamental anual	50



Quadro 28 – Cronograma das reuniões anuais da CMDFCI _____ 50

Quadro 29 – Estimativa de orçamento por Eixo Estratégico, por ano, para o período de vigência do Plano _____ 52



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor Médio/Freguesia, do tempo de chegada – 1º Intervenção _____ **41**



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1	Modelo de combustíveis florestais	10
Mapa 2	Perigosidade Florestal	10
Mapa 3	Risco de Incêndio Florestal	11
Mapa 4	Prioridades de Defesa	11
Mapa 5	Rede de FGC e MPGC	17
Mapa 6	Rede Viária Florestal (RVF)	18
Mapa 7	Rede de Pontos de Água (RPág)	22
Mapa 8	Silvicultura Preventiva	22
Mapa 9	Rede de FGC, MPGC, RVF e Rpág (Ano 1)	24
Mapa 10	Rede de FGC, MPGC, RVF e Rpág (Ano 2)	24
Mapa 11	Rede de FGC, MPGC, RVF e Rpág (Ano 3)	24
Mapa 12	Rede de FGC, MPGC, RVF e Rpág (Ano 4)	24
Mapa 13	Rede de FGC, MPGC, RVF e Rpág (Ano 5)	24
Mapa 14	Zonas prioritárias de dissuasão e fiscalização	37
Mapa 15	Vigilância e detecção	40
Mapa 16A	1ª Intervenção (Fases não-Charlie)	41
Mapa 16B	1ª Intervenção (Fase Charlie)	41
Mapa 17	Estabilização de Emergência	45
Mapa 18	Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	45



1. ENQUADRAMENTO DO PLANO MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMAS DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho da Sertã, diante designado por Plano ou Plano Municipal, é elaborado pela Câmara Municipal, através do seu Gabinete Florestal e, após parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, é remetido para o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, tendo em consideração as características específicas do território, assim como respeitou a legislação em vigor no que concerne o ordenamento do território e defesa da Floresta.

Assim, o presente Plano foi enquadrado no:

- Sistema de planeamento e gestão territorial

- *Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouçã e Santa Luzia (Res Cons Ministros nº45/2002);
- * Plano de Ordenamento da Albufeiras de Castelo de Bode (Res Cons Ministros nº69/2003);
- * Plano Director Municipal (Resolução de Conselho de Ministros nº 119/94, de 10 de Novembro, alterado pela Res. Cons. Min. nº 101/97, de 01 de Julho)

- Planeamento florestal a nível nacional

- *Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Res Cons Ministros nº65/2006);
- *Estratégia Nacional para as Florestas, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de Fevereiro)
- *Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, em 2003 e 2004, (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de janeiro).

- Planeamento florestal a nível regional

- *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (Ainda não aprovado; elaboração definida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006 de 23 de Março);
- *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul (Decreto-Reg nº8/2006)

- Planeamento florestal a nível Distrital

- *Plano Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios (2010)
- *Plano Operacional Distrital (2014)

- Planeamento florestal a nível Intermunicipal

- * Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oleiros (1ª Versão)
- * Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Proença-a-Nova (1ª Versão)
- * Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila de Rei (1ª Versão)



- *Planeamento florestal a nível municipal*

*Decreto-Lei nº124/2006, 28 de Junho, alterado pelo D-L nº 17/2009, de 14 de Janeiro);

*Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – 1ª Versão (D-L nº124/2006, 28 de Junho);

* Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Despacho nº 4345/2012, de 27 de Março de 2012).

2. ANÁLISE DO RISCO, VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO

2.1. Cartografia dos combustíveis florestais

A caracterização das formações vegetais que constituem um potencial combustível florestal, é aspecto fundamental no processo de avaliação quantitativa do comportamento do fogo.

Para a elaboração da carta de combustíveis florestais utilizou-se como informação base a Carta de Ocupação do Solo'2007, informação proveniente da Direcção-Geral do Território.

Desta forma, cada espaço foi classificado e cada estrutura de vegetação seguiu a classificação de modelos de combustíveis desenvolvida pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL).

O Mapa de Combustíveis Florestais encontra-se **Mapa 1**.

2.2. Cartografia de risco

A realização de estudos para a avaliação do risco de incêndio constitui a melhor possibilidade para a salvaguarda de vidas humanas, propriedades e recursos naturais.

A estimação do risco de incêndio a curto prazo tem em vista o apoio à tomada de decisões actualizadas sobre actividades de pré-supressão e supressão num plano de mitigação de fogo, e pode ser usada para diversos fins.

2.2.1 Mapa de perigosidade de incêndio florestal

Neste sentido, procedeu-se à elaboração do mencionado Mapa (**Mapa 2**) recorrendo à metodologia SCRIF, cujos critérios representativos são:

- Declives
- Exposições
- Ocupação do solo – COS'2007 – N5
- Rede viária – nas duas vertentes: proximidade às estradas principais e densidade de caminhos
- Demografia

Sendo o mapa obtido pelo somatório das diversas variáveis acima descritas e reclassificadas, o qual se



encontra no Mapa 2.

Do resultado conclui-se que o Concelho encontra-se distribuído da seguinte forma:

CLASSE DE PERIGOSIDADE	PERCENTAGEM (%)
Muito Baixa	2
Baixa	7
Média	3
Alta	47
Muito Alta	35
Nula	6

5.2.2 Mapa de risco de incêndio florestal

O Mapa de Risco de Incêndio é produto da multiplicação do Mapa de Perigosidade com a Vulnerabilidade e o Valor económico.

O Mapa de Risco de Incêndio de acordo com a metodologia SCRIF encontra-se no **Mapa 3**.

Do resultado conclui-se que o Concelho encontra-se distribuído da seguinte forma:

CLASSE DE RISCO	PERCENTAGEM (%)
Muito Baixo	24
Baixo	14
Médio	21
Alto	35
Muito Alto	0
Nulo	6

2.3. Cartografia de prioridades de defesa

Esta cartografia foi definida pela conjugação dos polígonos de risco de incêndio florestal alto e muito alto com os polígonos dos aglomerados populacionais e zonas industriais, uma vez que estes elementos apresentam reconhecido valor social e económico, respectivamente.

O Mapa de Prioridades de Defesa foi elaborado com base no Mapa de Risco de Incêndio Florestal (**Mapa 4**).

3. OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

À semelhança do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, também genericamente o objectivo do Plano Municipal é criar condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais a nível municipal, através da implementação articulada e estruturada de cinco eixos estratégicos de actuação:

1.º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.

2.º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios.

3.º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.

4.º Eixo Estratégico: Recuperação e reabilitação dos ecossistemas.

5.º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

3.1 Tipologia do Concelho

Houve a necessidade de proceder à tipificação dos Concelhos, atendendo à realidade do histórico de incêndios florestais de cada território. Assim, os municípios do território de Portugal Continental foram divididos em quatro tipos com base no número de ocorrências e nos hectares de área ardida, em povoamentos e matos:

- **Poucas ocorrências**
 - Pouca área ardida (T1)
 - Muita área ardida (T2)
- **Muitas ocorrências**
 - Pouca área ardida (T3)
 - Muita área ardida (T4)

De acordo com o ICNF, o Concelho da Sertão, assenta na classificação de **T2**. Para tal, foi de certo tido em consideração que no período 2003-2013, os dados relativos ao número de grandes incêndios ocorridos no Concelho totalizaram **13 ocorrências**, correspondendo a **21.221,01 hectares** de área ardida.



3.2. Objectivos e metas

Os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, são um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam **concretizar os objectivos estratégicos definidos e quantificados no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).**

É importante que os objectivos do presente Plano sejam realistas e exequíveis atendendo às características, tanto do território, dos proprietários florestais e da própria população, sendo que o grande objectivo geral é a redução de área ardida, sendo o pilar para o retorno da confiança dos proprietários em reinvestir no espaço florestal.

No quadro seguinte apresentam-se os objectivos do Plano (Ano 1 – Ano 5):

Quadro 1 – Objectivos e Metas (Ano 1 ao Ano 5)

OBJECTIVOS	METAS				
	ANO 1	ANO2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1ª Intervenção < 15min	Em 95% ocorrências	Em 95% ocorrências	Em 95% ocorrências	Em 95% ocorrências	Em 95% ocorrências
Diminuição do nº anual de ocorrências	Em 1%	Em 1%	Em 1%	Em 1%	Em 1%
Diminuição da área média ardida/ocorrência	<1,5 Ha	<1 Ha	<1 Ha	<1 Ha	<1 Ha
Diminuição de 1Ha>IF<9Ha	Em 90%	Em 90%	Em 95%	Em 95%	Em 95%
Diminuição de IF ≥10Ha no nº total ocorrências	Em 95%	Em 95%	Em 100%	Em 100%	Em 100%
Ausência de incêndios ≥100Ha	Em 95%	Em 100%	Em 100%	Em 100%	Em 100%
Reduzir T intervenção >90min	Em 95%	Em 100%	Em 100%	Em 100%	Em 100%
Reduzir reacendimentos	Em 95%	Em 100%	Em 100%	Em 100%	Em 100%

Anteriormente o período de retorno dos grandes incêndios era de 10 anos, presentemente verifica-se uma redução para 7 anos, o que significa que para alcançar estes objectivos é fundamental a implementação de objectivos operacionais ao nível da prevenção e sistemática manutenção em menores períodos de intervalo.

É óbvio que as concretizações preconizadas e o seu sucesso, não se restringem a uma única entidade mas ao cumprimento integral das responsabilidades individuais, no presente Plano projectadas, para o objectivo conjunto.



4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Em complemento do que foi referido anteriormente, apresentam-se os principais parâmetros analisados e os correspondentes eixos estratégicos.

		PARÂMETROS
1º EIXO	Aumento da resiliência do território	- Rede de FGC - Rede viária - Rede de pontos de água - Silvicultura preventiva
2º EIXO	Redução da incidência de incêndios	- Sensibilização da População - Fiscalização
3º EIXO	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão	- Meios e Recursos - Dispositivos operacionais - Sectores Territoriais e LEE's - Vigilância e Detecção - 1ª Intervenção - Combate, Rescaldo e Vigilância - Apoio ao combate
4º EIXO	Recuperar e reabilitar os ecossistemas	- Áreas com risco de erosão
5º EIXO	Adaptação de uma estrutura orgânica funcional	- CMDFCI - POM

4.1 1º EIXO ESTRATÉGICO – Aumento da Resiliência do Território

Neste Eixo, assenta a priorização estratégica e gestão de todas as infra-estruturas que, permitam a gestão multifuncional dos espaços rurais (florestais e agrícolas) e introduza em simultâneo, os princípios de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), dotando o território do Concelho da Sertã de estruturas que permitam a sua resiliência à ocorrência e progressão de incêndios florestais.

A relevância deste Eixo também se correlaciona com o ordenamento do território e planeamento florestal ao nível municipal. De igual modo, também é neste Eixo que se procede ao cumprimento legislativo vigente, designadamente o D-L nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo D-L nº17/2009, 14 de Janeiro e pelo D-L nº83/2014, 23 de Maio.

De seguida, apresentam-se as várias dimensões dos objectivos para este Eixo, respeitando o PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio).



OBJECTIVO ESTRATÉGICO	<i>Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas</i>
OBJECTIVO OPERACIONAL	- Proteger as zonas de interface urbano/floresta - Implementar programa de redução de combustíveis
AÇÕES	- Reestruturar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maiores vulnerabilidades aos incêndios; - Reestruturar e manter as redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água); - Definir ações de silvicultura no âmbito da DFCI; - Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível; - Divulgação de técnicas de ajardinamento para maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais

4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1 REDE DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC E MPGC)

A rede de faixas de gestão de combustível é constituída pela rede primária, secundária e terciária, tendo em consideração as funções que podem desempenhar.

REDE*	FUNÇÃO
PRIMÁRIA (nº3, Artº13º)	- Cumrem as funções gerais de diminuição da superfície percorrida por incêndios; - Redução dos efeitos da passagem dos incêndios e função de isolamento de potenciais focos de ignição e desenvolvem-se nos espaços rurais; - Associa-se esta rede primária à definida pela Comissão Regional de Reflorestação.
SECUNDÁRIA (nº4, Artº13º)	- Faixas de gestão de combustível, de interesse municipal, desenvolvem-se sobre: *As redes viárias (principal e florestal); * As linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica; * Edificações em espaços rurais; * Aglomerados populacionais; * Parques industriais;
TERCIÁRIA (nº5, Artº13º)	- Função de isolamento de potenciais focos de ignição e apoiam-se nas redes viária, eléctrica e divisional das unidades locais de gestão florestal ou agro-florestal.

* D-L nº124/2006, de 28 de Junho, com as subsequentes alterações

De acordo com o nº7 do artº 12º do D-L nº124/2006, de 28 de Junho, com as novas redacções, as especificações técnicas relativas à construção e manutenção das redes de gestão de combustível seriam objecto de regulamento através de Portaria do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Contudo, até à presente data o referido documento não foi publicado, apenas a 1ª versão do Manual de Rede Primária, de 20/05/2014.



Os pressupostos técnicos a seguir definidos serão adaptados aos definidos após a publicação da portaria mencionada.

Rede primária – Adoptou-se a delimitação de rede primária definida pela Comissão Regional de Reflorestação e posteriormente aprovada pela Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Ao longo das albufeiras Cabril, Bouçã e Castelo de Bode, a largura considerada foi de 400m; nas restantes áreas estabeleceu-se cartograficamente uma largura de 125m;

Os compartimentos criados devem situar-se entre os 500 e os 5000 ha, dependendo do tipo de paisagem e sistemas florestais envolvidos;

O coberto arbóreo não deve ser superior a 50% e idealmente situar-se entre 20-30%;

As características podem variar nos seus diferentes segmentos sem pôr em causa a sua eficácia.

Rede secundária - devem ser cumpridos cumulativamente os seguintes critérios técnicos que constam do Anexo ao D-L nº124/2006, 28 de Junho, com as subsequentes alterações:

Quadro 2 – Faixas de gestão de Combustível por Estrutura

ESTRUTURA	DESCRIÇÃO DA FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	ARTICULADO
REDE VIÁRIA	Gestão de combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura de 10m	Alínea a), nº1, Artº 15º
LINHAS DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA DE ALTA E MÉDIA TENSÃO	Correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura de 10m e 7m	Alínea c) e d), nº1, Artº 15º
EDIFICAÇÕES EM ESPAÇOS RURAIS	Gestão de combustível numa faixa de 50m em volta medida a partir da alvenaria exterior	Nº2, artº 15º
AGLOMERADOS POPULACIONAIS	Gestão de combustível numa faixa de protecção de 100m exterior ao limite dos aglomerados	nº8, artº 15º
PARQUES INDUSTRIAIS	Gestão de combustível numa faixa envolvente de 100m exterior ao limite do parque	nº11, artº 15º

Rede terciária - Faixa com largura de 10m sobre limites artificialmente estabelecidos (perfeitamente geométricos) ou acompanhando acidentes planimétricos (estradas, caminhos, etc);

Os **Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível** (MPGC), considerados neste Plano foram os terrenos agrícolas, as superfícies aquáticas, as áreas sociais e as áreas ardidas dos 2 últimos anos.

No Quadro 3, apresenta-se a distribuição da rede de faixas de gestão de combustíveis, por tipologia de FGC. O respectivo Mapa da Rede das Faixas e de Mosaicos de Gestão de Combustível encontra-se no **Mapa 5**.

Quadro 3 – FGC por Tipologia e respectiva Percentagem

FGC		ÁREA TOTAL (Ha)	%
1	EDIFÍCIOS INTEGRADOS EM ESPAÇOS RURAIS	2.181,43	18,51%
2	AGLOMERADOS POPULACIONAIS	3.315,21	28,13%
3	PARQUES E POLÍGONOS INDUSTRIAIS	60,65	0,51%
4	REDE VIÁRIA FLORESTAL	3.646,37	30,94%
7	REDE ELÉCTRICA MUITO ALTA (MAT)	72,8	0,62%
8	REDE PRIMÁRIA	1.396,42	11,85%
10	REDE ELÉCTRICA MÉDIA TENSÃO (MT)	352,39	2,99%
11	MOSAICOS DE PARCELAS	695,93	5,90%
12	PONTOS DE ÁGUA	24,64	0,21%
13	REDE ELÉCTRICA ALTA TENSÃO (AT)	39,71	0,34%
TOTAIS		11.785,55	100%

É possível constatar que é necessário proceder à gestão de combustível em vários hectares se compararmos com a área da respectiva freguesia.

Maior vantagem apresentam as freguesias com mais população residente, uma vez que têm uma rede mais extensa de rede viária principal, complementada pela florestal, e apresentam maior número de aglomerados. No entanto, apesar de nestas freguesias onde se constata a necessidade de mais gestão, são estas mesmas freguesias que em resultado da sua área territorial apresentam menos área florestal.

4.1.1.2 REDE VIÁRIA FLORESTAL (RVF)

De acordo com o Artº 3º do Regulamento da Rede Viária Florestal (RVF) de DFCl, publicado no Despacho nº5712/2014, de 30 de Abril, as funções da RVF, são:

- a) Garantir o acesso aos espaços florestais para a execução das actividades de silvicultura preventiva e de infraestruturização;
- b) Garantir o acesso e a interligação das restantes infraestruturas da RDFCl;
- c) Compartimentar os espaços florestais;
- d) Permitir as ações de vigilância, deteção e fiscalização;



- e) Facilitar o acesso e melhorar a eficiência das ações de supressão no ataque inicial e no ataque ampliado;
- f) Contribuir para a segurança dos intervenientes nas ações de supressão;
- g) Permitir a evacuação em caso de incêndio das pessoas que residem, trabalham ou visitam os espaços florestais.

O Concelho da Sertão apresenta uma rede densa de caminhos florestais que necessita de profunda reestruturação em termos de hierarquização e definição de responsáveis pela manutenção.

A densidade da rede viária florestal e a sua constituição por vários tipos de elementos deve ser adaptada às condições topográficas locais, ao nível do perigo de incêndio, as características dos incêndios (topográficos ou de ventos), ao valor potencial das perdas e aos custos de construção e de manutenção.

A este respeito, há a ter em conta que, embora a implantação nas áreas florestais de uma rede viária extensa seja vulgarmente referida como um objectivo a alcançar com vista à melhoria de acessos para o combate a incêndios, essa rede de estradas e caminhos facilita também o acesso de quem, acidentalmente ou propositadamente, inicia os incêndios.

A rede viária florestal do Concelho da Sertão, é constituída pela rede fundamental e a rede complementar.

A **rede fundamental de 1ª Ordem** é constituída pelo IC 8 e algumas Estradas Nacionais; a de **2ª Ordem**, é maioritariamente com as Estradas e Caminhos Municipais, porém também se enquadram alguns caminhos florestais. A **rede complementar**, integra os demais caminhos e estradões florestais.

Caso se verifique a destruição ou impossibilidade de transitabilidade, resultante de acções de exploração ou gestão florestal, é da responsabilidade dos proprietários, madeireiros ou empreiteiros florestais a reparação destas vias, nomeadamente o nivelamento, a desobstrução das valetas (caso existam), a remoção de terras, material lenhoso e resíduos florestais.

A Rede Viária Florestal encontra-se apresentada no Quadro 4 e no **Mapa 6**. É possível concluir que:



Quadro 4 – Distribuição da RVF total por Classe

RVF		EXTENSÃO (Km)	%
FUNDAMENTAL	1ª ORDEM	113,10	3,02
	2ª ORDEM	1.876,97	50,11
COMPLEMENTAR		1.755,93	46,87
TOTALIS		3.746,00	100

Considerando a importância do planejamento da RVF e atendendo que a sua estruturação deve coincidir com os objetivos de DFCI e com a operacionalidade da entidade responsável pelo combate a incêndios, todas as infra-estruturas agora classificadas, e eventualmente outras, só integrarão a Rede após articulação e georreferenciação entre o Gabinete Florestal e as corporações de bombeiros do concelho e respectiva aprovação em sede da CMDFCI.

4.1.1.3 REDE PONTOS DE ÁGUA (RPAG)

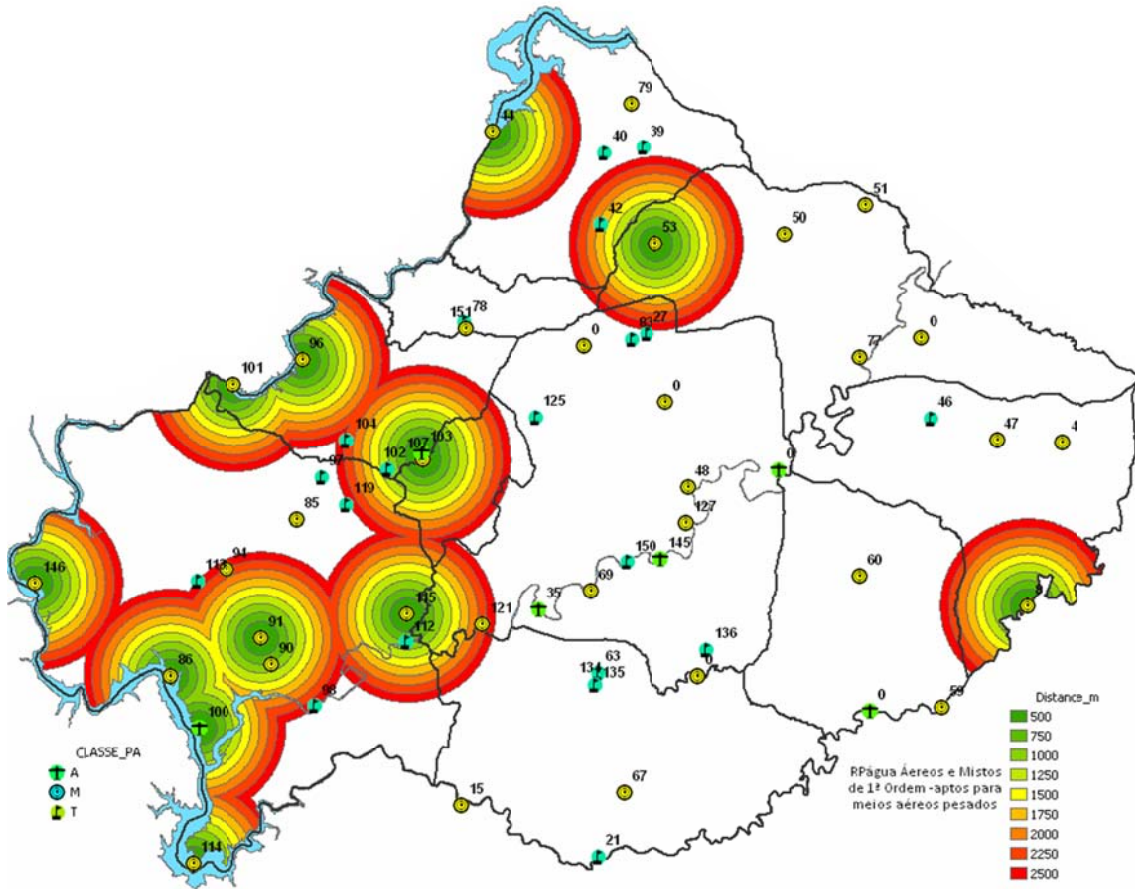
A **rede de pontos de água** é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, planos de água acessíveis e pontos de tomada de água.

A Rede de Pontos de Água, deverá respeitar as seguintes orientações territoriais constante do Regulamento dos Pontos de Água (Despacho nº5711/2014, de 30 de Abril), nomeadamente:

- A capacidade de armazenamento deverá ser superior a 120m³ por cada 1000 ha, de espaços florestais;
- Deve ser particularmente reforçada ao longo das faixas de gestão de combustíveis; tendo como valor de referência um ponto de água (de 30m³) por cada 1000m de faixas de gestão de combustíveis;
- A rede de pontos de água de 1ª Ordem, para abastecimentos de meios aéreos, deve ser distribuída de modo a que os espaços florestais estejam cobertos sobre a influência dessa estrutura por um raio de 2,5 Km.

Num Ataque Tático Inicial (ATI), são accionados os meios aéreos ligeiros porém, caso se verifique a evolução da ocorrência, serão necessários meios aéreos pesados, o que significa que as estruturas existentes sejam e estejam operacionais para este tipo de aparelhos.

Perante este último critério técnico, conjugado com a diferenciação entre ponto de água para abastecimento de meios aéreos ligeiros e pesados, procedeu-se à análise da respectiva distribuição territorial para os pontos de água já existente na Rede.



Com este trabalho como base e tendo já sido definidos alguns locais para a beneficiação e construção de estruturas para o Ano 1, reanalisou-se a distribuição territorial tendo por base os critérios anteriormente elencados (Meios aéreos e mistos de 1ª Ordem).

No **Mapa 7** é possível visualizar a Rede de Pontos de Água. No Quadro 5, quantificam-se as estruturas de abastecimento por Classe de Ponto Água.

Quadro 5 – Distribuição da RPag por Classe

TIPO PÁGUA	Nº		% da Categoria	
	1ª	2ª	1ª	2ª
Terrestres		13		36,1
Mistos	16	20	88,9	55,6
Aéreos	2	3	11,1	8,3
TOTAIS	18	36	100	100

Outro aspecto necessário de mencionar é a necessidade de mais pontos de água no concelho que permitam o abastecimento de veículos de grande capacidade (VTGC's), de modo a reduzir os tempos de deslocação entre o teatro de operações e estes os locais de abastecimento específico.

4.1.1.4 SILVICULTURA NO ÂMBITO DA DFCI

Tendo em consideração que, as acções de silvicultura preventiva a realizar nos povoamentos florestais, são da responsabilidade dos proprietários e produtores florestais é difícil, tanto garantir a globalidade das áreas intervencionadas especificamente para efeitos DFCI, como prever a área a intervencionar. Por este motivo, para o presente ano (Ano 1), as parcelas encontram-se todas inseridas na rede das faixas e mosaico de parcelas de gestão de combustível do presente Plano, pelo que não há representação de parcelas de silvicultura preventiva a considerar especificamente neste ponto (**Mapa 8**).

À semelhança dos concelhos limítrofes, este concelho insere-se numa região caracterizada pelo minifúndio e abandono agro-florestal, sendo praticamente a totalidade pertença de privados.

Considerando que a Silvicultura de DFCI, são o *conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e formações espontâneas, ao nível da **composição específica e do arranjo estrutural***, é fundamental definir parâmetros técnicos para as acções de (re)arborização, principalmente porque muitas das plantações ainda que autorizadas acabam por inviabilizar a operacionalidade das infra-estruturas DFCI e não contribuem para a resiliência contra a passagem de incêndios florestais.

Por outro lado, é importante introduzir práticas de gestão florestal que contribuam igualmente para uma maior resiliência a agentes bióticos.



Define-se genericamente:

- a)** As parcelas de intervenção nas acções de (re)arborização que confinem com estradas nacionais, estradas e caminhos municipais ou caminhos e estradões florestais, mesmo que não integrantes da RVF, devem implementar uma faixa mínima de 10 m, cujo compasso seja no mínimo de 4 x4m.
- b)** As parcelas sobre as quais estejam definidas FGC's e a faixa de protecção às linhas de água, devem ser instaladas com espécies folhosas autóctones.
- c)** Caso as parcelas de intervenção confinem com as estruturas da RVF, as espécies arbóreas ou arbustivas não podem ser plantadas no talude, camalhão ou valetas.
- d)** A plantação deve respeitar um afastamento mínimo (de 1m) ao caminho, de modo a que o futuro crescimento vegetativo (ramagens, tronco...) não impeça a circulação dos veículos operacionais e a respectiva operacionalidade da estrutura.
- e)** As propriedades, cujas parcelas de intervenção sejam para ocupar com exemplares do género *Eucalyptus* e *Pinus* e não confinem nem com estruturas DFCl nem com linhas de água, pelo menos 30% da área total deverá ser ocupada com folhosas autóctones.

4.1.2 Planeamento das acções referentes ao 1º Eixo Estratégico

De salientar que foi adoptada a seguinte nomenclatura:

- **Execução** – pressupõe, como o próprio nome indica, a realização das acções preconizadas, sejam 'aberturas', 'construções' ou 'beneficiações'.
- **Manutenção** – Pressupõe a preservação das características técnicas definidas para a infraestrutura em causa e realizada após a implementação das acções de abertura, construção ou beneficiação.

Numa situação em que a superfície a intervir seja igualmente intersectada por outra(s) entidade(s) definida na legislação em vigor, procederá ao cumprimento quem iniciar os trabalhos de gestão.

Para todas as acções previstas neste 1º Eixo, prevê-se operações de manutenção a cada 2 anos.



4.1.2.1 REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS DA REDE VIÁRIA FLORESTAL E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL, REDE VIÁRIA FLORESTAL E REDE DE PONTOS DE ÁGUA

Relativamente a esta componente, a mesma consta de um conjunto de Mapas, que correspondem a cada um dos 5 anos de vigência do Plano e que se encontram em Anexo, da seguinte forma:

MAPA	ANO
9	1
10	2
11	3
12	4
13	5

Relativamente aos meios de execução disponíveis e meios de financiamento previstos, é algo subjectivo para um planeamento temporal de 5 anos. Preferencialmente optar-se-á por programas de financiamento comunitário ou nacional, atendendo aos elevados custos que a globalidade das acções implicam.

Caso tal não seja possível, optar-se-á pela execução dos trabalhos recorrendo a empresas externas e/ou aos sapadores florestais mas a verba e os respectivos meios a afectar às acções, ficarão dependentes das decisões orçamentais plurianuais por parte do executivo da Câmara Municipal, nas componentes da responsabilidade da Autarquia.

As acções da responsabilidade dos proprietários, as quais foram programadas de forma técnica, não existe garantia de as mesmas sejam executas.

Por outro lado, os mosaicos de parcelas de gestão dizem respeito a áreas de albufeiras, áreas agrícolas (pomar) e parques eólicos não necessitam de intervenção imediata.

4.1.2.2 REDE DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS DA REDE VIÁRIA FLORESTAL E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Todos os pressupostos técnicos deverão ser implementados nas infraestruturas identificadas no Quadro 6 e no **Mapa 9 a 13** para a vigência do Plano (Ano 1 – Ano 5).

No seguimento do anterior PMDFCI vigente, foram contempladas a realização de acções de manutenção das infraestruturas a cada dois anos.

Quadro 6 – Distribuição Anual por tipologia de FGC

Código da Descrição da Faixa/Mosaico	DESCRIÇÃO de FGC ou MPGC	Área total da FGC (ha)	Área total COM intervenção (ha)	Área total SEM intervenção (ha)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
001	Edifícios Integrados em Espaços Rurais	2.181,43	2.175,00	6,43	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00
002	Agglomerados Populacionais	3.315,21	3.194,86	120,35	3.194,86	3.184,86	3.194,86	3.194,86	3.194,86
003	Parques e polígonos industriais	60,65	51,02	9,63	51,02	0,00	0,00	51,02	0,00
004	Rede Viária Florestal	3.646,37	3.386,36	260,01	216,07	859,74	2.288,38	216,07	859,74
007	Rede eléctrica muito alta (MAT)	72,80	63,11	9,69	31,89	31,22	0,00	0,00	31,89
008	Rede Primária	1.396,42	1.372,63	23,79	78,69	323,62	426,50	213,58	330,24
010	Rede eléctrica média tensão (MT)	352,39	238,30	114,09	44,58	111,21	82,51	44,58	111,21
011	Mosaicos de parcelas	695,93	0,00	695,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012	Pontos de água	24,64	22,05	2,59	22,05	22,05	22,05	22,05	22,05
013	Rede eléctrica Alta Tensão (AT)	39,71	28,24	11,47	0,00	28,24	0,00	0,00	28,24
Sub-Total		11.785,55	10.531,57	1.253,98	5.814,16	6.735,94	8.189,30	5.917,16	6.753,23

Dentro desta temática, existe um aspecto muito pertinente e delicado relacionado com as novas edificações em espaço rural, respeitando o D-L nº17/2009, de 14 de Janeiro (com as devidas novas redacções).

A CMDFCI aprovou em 08 de Maio de 2009, o Regulamento Municipal de Edificações em Espaço Rural, no qual constam as regras a aplicar sobre o assunto mencionado. Porém, de acordo com as indicações do ICNF, as regras devem ser integradas no presente Plano.

Assim, após uma prévia análise da situação em sede da CMDFCI, em 29 de Dezembro de 2014 e de modo a que o ICNF não inviabilize a aprovação do presente Plano, é necessário definir como **Regras de Edificações em Espaço Rural** (cumprimento nº3, do Artº 16º):

a) Definições:

i) Áreas edificadas consolidadas - as áreas que possuem uma estrutura consolidada ou compactação de edificados, onde se incluem as áreas urbanas consolidadas e outras áreas edificadas em solo rural classificadas deste modo pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares;

ii) Espaços florestais - os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional;

iii) Espaços rurais - são os espaços com uso agrícola, pecuário e florestal; de exploração de recursos



geológicos ou energéticos; afetos à conservação da natureza e da biodiversidade ou a outros usos e ocupações incompatíveis com a integração em espaço urbano.

b) A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria, fora das áreas edificadas consolidadas, é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas RDFCI (nº2, Artº 16º).

c) Excetuam-se do nº 2 e nº 3 do artº 16º do DL nº 124/2006, de 28 de junho (com as devidas actualizações), todas as obras de edificação das quais não resulte um aumento da área de implantação.

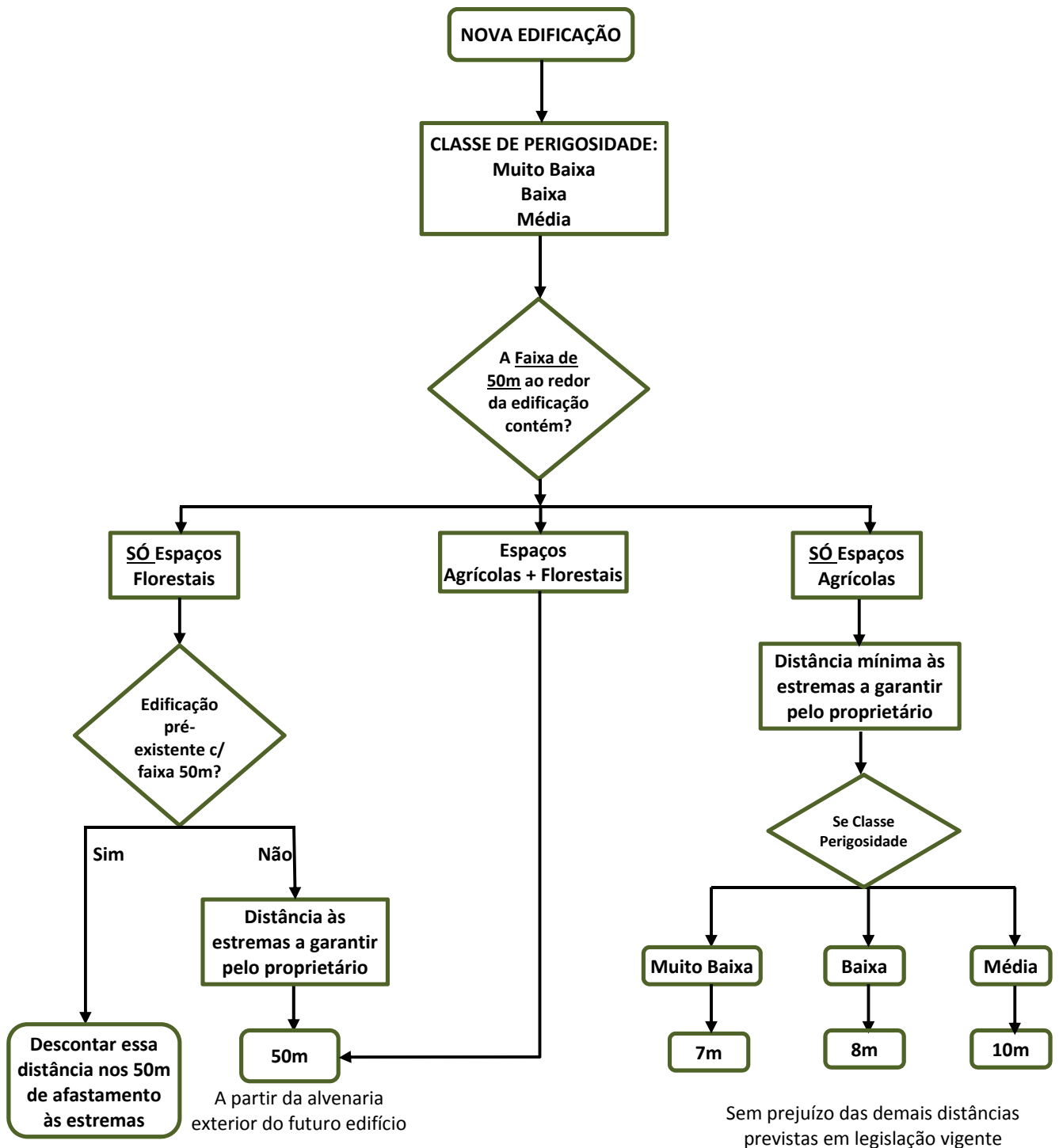
d) Fora das áreas edificadas consolidadas e em terreno classificado com perigosidade de incêndio muito baixa, baixa e média, as novas edificações inseridas em espaço florestal, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de protecção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da futura edificação.

e) Nos espaços rurais, que não os espaços florestais, cuja classificação de perigosidade de incêndio é **muito baixa, baixa e média**, é permitida a construção de edificações desde que seja garantida a distância mínima, respectivamente de **7, 8 e 10m** à extrema da propriedade para a implantação da edificação e, cumulativamente, esteja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas).

f) Quando a faixa de protecção a contabilizar para uma nova edificação, se sobreponha com a faixa de protecção de outra edificação já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para protecção da nova edificação.

g) A distância mínima mencionada na alínea d) não anula demais distâncias previstas em legislação vigente.

Esquemáticamente, e apenas relativamente às distâncias a definir, **fora das áreas consolidadas urbanas e em espaços rurais**, será:



Fonte: Produção própria (GTF'2015)

4.1.2.3 REDE VIÁRIA FLORESTAL (RVF)

Foram contempladas a realização de acções de manutenção das infraestruturas a cada dois anos, para as infraestruturas reestruturadas e integrantes da rede viária florestal.

Apresenta-se no Quadro 7, a RVF a intervencionar (beneficiação e manutenção), durante os 5 anos do Plano.

Quadro 7 – Distribuição anual, em Km, da RVF com necessidade de intervenção

RVF		RVF TOTAL (KM)	RVF TOTAL COM necessidade intervenção (KM)	RVF TOTAL SEM necessidade intervenção (KM)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
FUNDAMENTAL	1ª ORDEM	113,10	2,88	110,22	1,84	0,00	1,05	1,84	0,00
	2ª ORDEM	1.876,97	752,47	1.124,50	445,56	151,76	170,79	439,97	142,34
COMPLEMENTAR		1.755,93	1608,63	147,31	467,36	206,02	125,51	467,36	206,02
TOTALS		3.746,00	2.363,98	1.382,02	914,75	357,78	297,35	909,16	348,36

4.1.2.4 REDE DE PONTOS DE ÁGUA (RPAG)

Todos os pressupostos técnicos deverão ser implementados nos pontos de água identificados no Quadro 8 e no Mapa 7. Os pontos de água integrados na rede deverão ser beneficiados a cada dois anos.



Quadro 8 – Rpag - Distribuição anual da intervenção a realizar

ID_PA	DESIGNAÇÃO	TIPO	CLASSE_PA	VOLUME MÁX(m ³)	ANO A INTERVIR	TIPO INTERVENÇ	ANO A INTERVIR	TIPO INTERVENÇ
86	Albufeira Castelo de Bode	Albufeira de barragem	Misto	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
151	Aldeia Cimeira	Charca	Misto	4.600,1	ANO 1	S/ intervenção	ANO5	Manutenção
79	Arrochela	Charca	Misto	1.540,0	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
44	Barragem do Cabril	Albufeira de barragem	Misto	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
60	Boico	Albufeira de açude	Misto	671,3	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
101	Bouca	Albufeira de barragem	Misto	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
88	Brejo da Correia	Outros cursos água	Terrestre	400,0		S/ intervenção		S/ intervenção
129	Cabeco da Varzea	Albufeira de açude	Misto	310,2	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
69	Carvalha	Albufeira de açude	Misto	6.808,4	ANO3	Manutenção		S/ intervenção
42	Carvalho	Reservatório DFCl	Misto	0,0	ANO 1	Construção	ANO4	Manutenção
107	Casal do Corvo	Charca	Misto	922,1	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
103	Casal do Corvo	Charca	Aéreo	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
119	Casal do Pinhal	Tanque de rega	Terrestre	25,1		S/ intervenção		S/ intervenção
102	Casal do Porto	Tanque de rega	Terrestre	60,0		S/ intervenção		S/ intervenção
91	Cascabaco	Charca	Misto	3.418,2	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
90	Cascabaco	Charca	Misto	1.259,4	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
35	Castelo Velho	Albufeira de açude	Aéreo	7.991,5		S/ intervenção		S/ intervenção
21	Cimo da Ribeira	Reservatório DFCl	Misto	16,5	ANO 1	Construção	ANO4	Manutenção
114	Club Nautico Zezere	Albufeira de barragem	Misto	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
94	Couceiros	Charca	Misto	183,6	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
50	Currais	Charca	Misto	7.763,2	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
104	Estradinha	Piscina	Terrestre	42,0		S/ intervenção		S/ intervenção
39	Fontainhas	Charca	Terrestre	442,7	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
51	Fonte do Amioso	Tanque de rega	Misto	30,0	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
100	Foz da Sertã	Albufeira de barragem	Aéreo	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
59	Isna de Sao Carlos	Albufeira de açude	Misto	3.535,6	ANO3	Manutenção		S/ intervenção
115	Lagaceiros	Charca	Misto	2.001,7	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
8	Malhadal	Albufeira de barragem	Misto	172.259,5		S/ intervenção		S/ intervenção
53	Marinha Vale de Carvalho	Charca	Misto	7.014,5	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
97	Milheiros	Charca	Terrestre	743,2	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
63	Moinho Branco	Albufeira de açude	Aéreo	0,0	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
96	Mosteiro Sr- das Preces	Rio	Misto	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
48	Pego da Aldeia	Outros cursos água	Misto	3.115,7	ANO3	Manutenção		S/ intervenção
150	Pego da Adelina	Albufeira de açude	Terrestre	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
140	Pego das Cancelas	Albufeira de açude	Misto	3.824,2	ANO4	Manutenção		S/ intervenção
145	Pego Miralho	Outros cursos água	Aéreo	4.472,0	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
4	Perna do Galego	Charca	Misto	1.214,4	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
127	Poco Cadela	Albufeira de açude	Misto	5.276,5	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
15	Ponte da Isna	Albufeira de barragem	Misto	238.585,9		S/ intervenção		S/ intervenção
112	Ponte da Rola	Outros cursos água	Terrestre	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
135	Ponte das Portelinhas	Albufeira de açude	Misto	0,0	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
98	Ponte dos Cavalos	Outros cursos água	Terrestre	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
136	Portela dos Bezerrins	Tanque de rega	Terrestre	15,6		S/ intervenção		S/ intervenção
77	Praia Fluvial Troviscal	Albufeira de açude	Misto	3.200,5	ANO 1	Manutenção	ANO5	Manutenção
87	Ramahal	Tanque de rega	Terrestre	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
121	Ribeira do Chico	Albufeira de açude	Misto	9.717,7		S/ intervenção		S/ intervenção
47	Santinha	Albufeira de açude	Misto	998,5	ANO4	Manutenção		S/ intervenção
85	Seminario	Charca	Misto	2.383,5	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
113	Serra de Sao Macario	Charca	Terrestre	368,1	ANO 1	Manutenção	ANO4	Manutenção
6	Serra do Cabeco Rainha	Tanque de rega	Misto	40,1	ANO4	Manutenção		S/ intervenção
1	Valada	Albufeira de açude	Misto	0,0	ANO 1	Construção	ANO4	Manutenção
40	Vale da Galega	Tanque de rega	Terrestre	12,1		S/ intervenção		S/ intervenção
146	Varzea de Pedro Mouro	Rio	Misto	0,0		S/ intervenção		S/ intervenção
78	Vilar da Carga	Albufeira de açude	Misto	0,0	ANO 1	Construção	ANO4	Manutenção

4.1.3 1º EIXO - Metas e Indicadores

Quadro 9 – 1º EIXO - Metas e Indicadores

Código da Descrição da Faixa/Mosaico	DESCRIÇÃO DA FGC e MPGC	META	INDICADOR MENSURÁVEL (Hectares)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
001	Edifícios Integrados em Espaços Rurais	Gestão de Combustível	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00	2.175,00
002	Aglomerados Populacionais		3.194,86	3.184,86	3.194,86	3.194,86	3.194,86
003	Parques e polígonos industriais		51,02	0,00	0,00	51,02	0,00
004	Rede Viária Florestal		216,07	859,74	2.288,38	216,07	859,74
007	Rede eléctrica muito alta (MAT)		31,89	31,22	0,00	0,00	31,89
008	Rede Primária		78,69	323,62	426,50	213,58	330,24
010	Rede eléctrica média tensão (MT)		44,58	111,21	82,51	44,58	111,21
011	Mosaicos de parcelas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012	Pontos de água		22,05	22,05	22,05	22,05	22,05
013	Rede eléctrica Alta Tensão (AT)		0,00	28,24	0,00	0,00	28,24
Sub-Total			5.814,16	6.735,94	8.189,30	5.917,16	6.753,23
REDE VIÁRIA FLORESTAL			INDICADOR MENSURÁVEL (Kilómetros)				
	META		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1ª Ordem	Execução/Manutenção		1,84	0,00	1,05	1,84	0,00
2ª Ordem		Construção		444,35	151,76	170,79	439,97
Complementar	Execução/Manutenção		1,21	0,00	0,00	0,00	0,00
			467,36	206,02	125,51	467,36	206,02
Sub-Total			914,75	357,78	297,35	909,16	348,36
CLASSE DE PONTO DE ÁGUA			INDICADOR MENSURÁVEL (Unidades)				
	META		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Terrestre	Construção/Beneficiação/Manutenção		3	0	1	3	0
Misto			21	0	2	21	2
Aéreo			2	0	0	2	0
Sub-Total			26	0	3	26	2

4.1.4 1º EIXO – Orçamento e Responsáveis

Quadro 10 – 1º EIXO - Orçamento e Responsáveis

Código da Descrição da Faixa/ Mosaico	DESCRIÇÃO DA FGC e MPGC	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO (€)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
001	Edifícios Integrados em Espaços Rurais	Proprietários	1.087.500,00	1.087.500,00	1.087.500,00	1.087.500,00	1.087.500,00
002	Aglomerados Populacionais	Proprietários	1.597.430,00	1.592.430,00	1.597.430,00	1.597.430,00	1.597.430,00
003	Parques e polígonos industriais	Câmara Municipal	25.510,00	0,00	0,00	25.510,00	0,00
004	Rede Viária Florestal	Estradas Portugal	71.835,00	0,00	0,00	71.835,00	0,00
		Câmara Municipal	21.900,00	301.770,00	904.590,00	21.900,00	301.770,00
007	Rede eléctrica muito alta (MAT)	REN	15.945,00	31,22	0,00	0,00	31,89
008	Rede Primária	ICNF/Proprietários	39.345,00	323,62	426,50	213,58	330,24
010	Rede eléctrica média tensão (MT)	EDP	22.290,00	111,21	82,51	44,58	111,21
011	Mosaicos de parcelas	Proprietários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
012	Pontos de água	Câmara Municipal	7.717,50	7.717,50	7.717,50	7.717,50	7.717,50
013	Rede eléctrica Alta Tensão (AT)	EDP	0,00	14.120,00	0,00	0,00	14.120,00
Sub-Total			2.889.472,50	3.004.003,55	3.597.746,51	2.812.150,66	3.009.010,84
REDE VIÁRIA FLORESTAL		RESPONSÁVEIS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1ª Ordem		Câmara Municipal	642,27	0,00	367,19	642,27	0,00
2ª Ordem		Câmara Municipal	156.005,44	53.117,74	59.776,13	153.989,07	49.820,13
Complementar		Câmara Municipal	163.575,76	72.106,99	43.928,74	163.575,76	72.106,99
Sub-Total			320.223,47	125.224,73	104.072,06	318.207,10	121.927,11
CLASSE DE PONTO DE ÁGUA		RESPONSÁVEIS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Terrestre		Câmara Municipal	4.500,00	0,00	1.500,00	4.500,00	0,00
Misto			33.500,00	0,00	3.000,00	31.500,00	2,00
Aéreo			3.500,00	0,00	0,00	3.500,00	0,00
Sub-Total			41.500,00	0,00	4.500,00	39.500,00	2,00

Quadro 11 – 1º EIXO - Orçamento Global

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO (€)					
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	
FGC e MPGC	2.889.472,50	3.004.003,55	3.597.746,51	2.812.150,66	3.009.010,84	
Rede Viária Florestal	320.223,47	125.224,73	104.072,06	318.207,10	121.927,11	
Rede Pontos de Água	41.500,00	0,00	4.500,00	39.500,00	2,00	
TOTAL	3.251.195,97	3.129.228,28	3.706.318,57	3.169.857,76	3.130.939,95	
total eixo						16.387.540,54



A globalidade das acções englobadas neste 1º Eixo, no que diz respeito à **execução e financiamento** são de difícil garantia de cumprimento – em termos de programação estipulada e respectivo financiamento.

Apresenta-se um quadro-resumo, o qual não pretende ser limitativo mas sim apenas orientador entre as entidades responsáveis, a execução e o financiamento.

No que às acções da responsabilidade da Câmara Municipal pretende-se que a sua execução seja feita ou através de empresa prestadora de serviços ou sapadores florestais (Aproflo) e que seja possível financiamento através de Candidatura(s) a fundo comunitários ou nacionais, caso existam ou venham a existir medidas enquadráveis em matéria DFCI mais abrangente que meramente a rede primária.

Código da Descrição da Faixa/Mosaico	DESCRIÇÃO DA FGC e MPGC	RESPONSÁVEIS	EXECUÇÃO	FINANCIAMENTO
001	Edifícios Integrados em Espaços Rurais	Proprietários	7	4
002	Aglomerados Populacionais	Proprietários	7	4
003	Parques e polígonos industriais	Câmara Municipal	4	6
004	Rede Viária Florestal	Estradas Portugal	4	4
		Câmara Municipal	4	6
007	Rede eléctrica muito alta (MAT)	REN	4	4
008	Rede Primária	ICNF/Proprietários	2 / 4	5 / 4
010	Rede eléctrica média tensão (MT)	EDP	4	4
011	Mosaicos de parcelas	Proprietários	7	4
012	Pontos de água	Câmara Municipal	2	2
013	Rede eléctrica Alta Tensão (AT)	EDP	4	4
REDE VIÁRIA FLORESTAL		RESPONSÁVEIS	EXECUÇÃO	FINANCIAMENTO
1ª Ordem		Câmara Municipal	5	2
2ª Ordem		Câmara Municipal	5	2
Complementar		Câmara Municipal	5	2
CLASSE DE PONTO DE ÁGUA		RESPONSÁVEIS	EXECUÇÃO	FINANCIAMENTO
Terrestre			4	6
Misto		Câmara Municipal	4	6
Aéreo			4	6

EXECUÇÃO
1 - Equipa de Sapadores (Câmara Municipal)
2 - Equipa de Sapadores (Associação)
3 - Equipa DFCI
4 - Empresa prestadora serviços
5 - Meios próprios autarquia
6 - IEFP
7 - Outro
8 - Corpo Nacional de Agentes Florestais

FINANCIAMENTO
1 - Agris 3.4
2 - Autarquia
3 - Fundo Florestal Permanente
4 - Outro
5 - Serviço Público
6 - PRODER/PDR2020

4.2 2º EIXO ESTRATÉGICO – Redução da Incidência dos Incêndios

Neste Eixo têm-se em consideração o elevado número de ocorrências que conduz à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção.

A prevenção não deve ser apenas entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar mas também o controlo das ignições e o controlo da



propagação considerando que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, logo é igualmente abordar a pertinência da alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Para operacionalizar este Eixo foi tida em conta a **informação base** relativa à **caracterização da população e análise do histórico e casualidade dos incêndios**

De seguida, apresentam-se os objectivos para este 2º Eixo, respeitando o PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	- <i>Sensibilizar e educar populações</i> - <i>Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações</i>
OBJECTIVO OPERACIONAL	- Sensibilização da população - Sensibilização e educação escolar - Fiscalização.
AÇÕES	- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional - Implementação de campanhas de sensibilização e educação escolar - Definir áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a susceptibilidade à ignição.

4.2.1 Avaliação

Uma das áreas fundamentais de actuação no que respeita à prevenção dos incêndios florestais, em que é necessário manter uma actuação continuada e permanente, é a sensibilização e informação pública.

Com base no Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), apresentam-se 2 quadros: um (Quadro 12), relativo ao resumo das causas (por tipologias); o outro, o Quadro 13 contem o diagnóstico dos comportamentos de risco verificados no Concelho da Sertã, com base nos anos transactos.



Quadro 12 – Resumo das Causas de Incêndios Florestais no Concelho da Sertão – Por Tipologia

Ano (*)	Distrito (*)	Concelho (*)	Nº Ocor. (*)	Tipo Causa (*)
2012	Castelo Branco	Sertão	1	Reacendimento
2012	Castelo Branco	Sertão	22	Desconhecida
2012	Castelo Branco	Sertão	8	Intencional
2012	Castelo Branco	Sertão	3	
2012	Castelo Branco	Sertão	2	Natural
2012	Castelo Branco	Sertão	18	Negligente

Fonte: SGIF/2014

Ano (*)	Distrito (*)	Concelho (*)	Nº Ocor. (*)	Tipo Causa (*)
2013	Castelo Branco	Sertão	1	Natural
2013	Castelo Branco	Sertão	12	Negligente
2013	Castelo Branco	Sertão	26	Intencional
2013	Castelo Branco	Sertão	12	Desconhecida

Ano (*)	Distrito (*)	Concelho (*)	Nº Ocor. (*)	Tipo Causa (*)
2014	Castelo Branco	Sertão	8	Desconhecida
2014	Castelo Branco	Sertão	17	Intencional
2014	Castelo Branco	Sertão	2	Natural
2014	Castelo Branco	Sertão	15	Negligente

Estes são os comportamentos de risco que accionaram a saída de meios (bombeiros voluntários e GNR), no entanto são algumas as ocorrências, cujas causas são designadas por: ‘desconhecidas’, logo não é possível inserir num grupo-alvo definido.

Ao analisarmos as categorias das causas das ocorrências, por ano, verifica-se que a partir de 2012, as causas por motivos ‘intencionais’ aumentaram significativamente. Têm sido detectados vestígios nos pontos de início, no entanto, não é adequado proceder a especulações considerando que se encontram em investigação tanto pela GNR como pela Polícia Judiciária – Coimbra.

Assim sendo, a par com a implementação da rede de defesa da floresta, pretende-se que seja estimulada a **divulgação** das medidas cautelares, incentivando o espírito de auto-defesa das populações e o rigoroso cumprimento da legislação em vigor.

Quadro 13 – Diagnóstico dos Comportamentos de Risco do Concelho da Sertão

Grupo-Alvo	O quê?	Como?	Onde? (*)	Quando? (*)	Nº Ocorrências			Impacto e Danos		
	Categoria	Descrição	Freguesia(s)	Mês	Dia	TOTAL	2013	2014	Área Ardida Total (Ha)	Danos / Custos
-População Geral -Proprietários agrícolas/ florestais -População Escolar	Queima de Lixo	Resultante da Actividade Doméstica	Castelo	Març	Sexta	1	1		0,25	S. d.
	Queimada	Limpeza de Solo Agrícola	UF Cernache	Maio	Segunda	2		2	0,08	S. d.
			Pedrogão Pequeno	Jun	Segunda					
		Limpeza de Solo Florestal	Nesperial	Out	Sábado	3	2		0,67	S. d.
			Sertão	Dez	Segunda					
			Troviscal	Abr	Terça					
Limpeza áreas urbanizadas	Sertão	Jul	Quarta	1	1		0,001	S. d.		

	Borrалheiras	Sertã	Abr	Terça	6	1	5	2,36	S. d.	
		UF Ermida	Out	Sexta						
		Nesperial	Out	Quarta						
		Troviscal	Març	Segunda						
		Cabeçudo	Jun	Quarta						
		UF Cernache	Jul	Quarta						
	Fogueiras	Aquecimento (pessoas)	Sertã	Ago	Terça	1	1	2,12	S. d.	
	Fumadores	Em circulação motorizada	UF Cumeada	Set	Quarta	4	1	0,09	S. d.	
			UF Cernache	Set	Sexta		1			
				Jul	Quinta		1			
Sertã			Ago	Sexta	1					
-Proprietários agrícolas/ florestais -População Escolar	Transportes e Comunicações	Linhas Eléctricas	UF Cernache	Jul	Quarta	1	1	0,13	S. d.	
	Maquinaria e Equipamento	Máquinas Agrícolas	Pedrógão Pequeno	Ago	Terça	2	2	0,80	S. d.	
					Quarta					
		Motosserras	Várzea dos Cavaleiros	Jul	Quarta	1	1	0,02	S. d.	
	Outro tipo de maquinaria	UF Cernache	Jun	Sábado	2	2	0,16	S. d.		
			Sertã	Ago					Sábado	
	Outras causas acidentais	Outras	Cabeçudo	Ago	Terça	3	2	0,10	S. d.	
			Pedrógão Pequeno	Ago	Quarta					
			Sertã	Maio	Quarta					1
	-População geral -População Escolar	Incendiarismo	Vandalismo	UF Cumeada	Set	Terça	6	1	15,17	S. d.
Cabeçudo				Ago	Quarta					
Sertã					Quarta					
					Sexta					
UF Cernache					Domingo					
				Domingo						
Outras situações dolosas			Sertã	Ago (*)	Quinta (*)	37	8	7	92,35	S. d.
			UF Cernache				5	2		
			Várzea dos Cavaleiros				6	1		
			Outras				6	2		

(*) Mais comum

4.2.2 Fiscalização

No Quadro 14 apresentam-se os dados relativos à inventariação de Autos e instrução de processos, relacionados com a DFCl.

Quadro 14 – Inventariação de Autos e instrução de processos

D-L nº 17/2014, Janeiro, alterado pelo 83/2014, 23 Maio

Autos	GESTÃO COMBUSTÍVEL				USO DO FOGO			
	EDIFICAÇÕES nº2 e nº17, Artº 15º		LINHAS ELÉTRICAS alínea c), nº1, Artº 15º		QUEIMAS alínea b), nº1, Artº28		QUEIMADAS nº2, Artº27	
	Nº Autos	% Instrução Processos	Nº Autos	% Instrução Processos	Nº Autos	% Instrução Processos	Nº Autos	% Instrução Processos
2013	46	100	13	100	3	100		
2014 (*)	19	100	6	100			1	100
TOTAIS	65		19		3		1	

(*) Entidade responsável pela instrução do processo alterou: Câmara Municipal para a GNR

Como é possível concluir a maioria de autos corresponde, à ausência de gestão de combustível ao redor das edificações.

4.2.3 Planeamento das acções referentes ao 2º EIXO

4.2.3.1 SENSIBILIZAÇÃO

Relativamente à Sensibilização, pretende a CMDFCI dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal nos últimos anos nesta matéria, cuja coordenação tem sido por parte do respectivo Gabinete Florestal.

Conforme o diagnóstico feito no ponto 4.2.1 (Avaliação), é importante focar a sensibilização em 3 grupos: População em geral, proprietários agrícolas/florestais e População Escolar.

No Quadro 15, apresentam-se as Propostas de acções de sensibilização, as quais poderão ser aferidas em cada ano de vigência.



Quadro 15 – Sensibilização – Grupo-alvo, Propostas e objectivos

GRUPO-ALVO	<i>População em Geral</i>	LOCAL	DATA
PROPOSTAS DE AÇÕES	- Flyers/ Brochuras com as medidas de cumprimento de gestão de combustível e uso do fogo	Concelho (Por mailing) + JF/UF	Abril/Maio
	- Publicitação e divulgação de Editais e Avisos Conjuntos (ICNF, EDP, REN, entre outros)	Quando necessário	Ao longo do ano
	- Campanha de sensibilização aos fumadores/automobilistas	Cernache Bonjardim/ Sertã	Segundas e Sextas - dias feira (Junho)
	- Disponibilização no sítio institucional, com: risco de incêndio diário, legislação temática e medidas sobre gestão florestal e combustível	Site institucional	Ao longo do ano
OBJECTIVOS	- Importância da floresta na realidade do Concelho da Sertã - Potenciar a capacidade participativa dos cidadãos		
GRUPO-ALVO	<i>Proprietários Agrícolas e florestais</i>		
PROPOSTAS DE AÇÕES	- Flyers/ Brochuras com as medidas preventivas de gestão de combustível	Concelho (Por mailing) + JF/UF	Março/Abril
	- Flyers/ Brochuras com as medidas de segurança na execução dos trabalhos		Setembro a Março
	- Sessões de sensibilização/esclarecimentos sobre temáticas várias de âmbito florestal	Sertã	Consoante a temática
OBJECTIVOS	- Consciencialização das responsabilidades pelo não cumprimento das medidas preventivas		
GRUPO-ALVO	<i>População escolar</i>		
PROPOSTAS DE AÇÕES	- Flyers/ Brochuras com as medidas preventivas	Escolas do Concelho	Dia Internacional das Florestas
	- Sessões de sensibilização/esclarecimentos		
	- Distribuição de material de campanhas de âmbito nacional		
	- Comemoração de efemérides e demais eventos temáticos		
OBJECTIVOS	- Consciencialização da importância da floresta e do seu uso múltiplo - Consequências do uso indevido do fogo e da não-adoção de medidas preventivas - Inculzir a pro-actividade e capacidade interventiva		

JF/UF - Juntas de Freguesia/União de Freguesias

4.2.3.2 FISCALIZAÇÃO

Enquanto no Quadro 15 (Ponto 4.2.2), verifica-se uma acção de fiscalização, em todo o concelho e em várias vertentes em termos de gestão de combustível, relativamente a pontos de início (prováveis) constatou-se que existem áreas geográficas que devem ser consideradas prioritárias, acima de tudo em termos de dissuasão, atendendo às várias situações de incendiário registadas com consequências dolosas. No **Mapa 14** identificam-se os prováveis pontos de início.

4.2.3.3 2º EIXO - METAS E INDICADORES

Relativamente a este 2º Eixo, apresentam-se as Metas e Indicadores (Quadro 16).



Quadro 16 – 2º EIXO – Metas e Indicadores

SENSIBILIZAÇÃO			INDICADOR MENSURÁVEL (nº)				
GRUPO - ALVO	META	RESPONSÁVEL	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
População em Geral	Flyers/ Brochuras com as medidas de cumprimento de gestão de combustível e uso do fogo	CMS/Gabinete Florestal	0	1	0	1	0
	Publicitação e divulgação de Editais e Avisos Conjuntos (ICNF, EDP, REN, entre outros)	CMS/Gabinete Florestal	2	2	2	2	2
	Disponibilização no sítio institucional, com: risco de incêndio diário, legislação temática e medidas sobre gestão florestal e combustível	CMS/Gabinete Florestal	Ao longo do Ano	Ao longo do Ano	Ao longo do Ano	Ao longo do Ano	Ao longo do Ano
	Campanha de sensibilização aos fumadores/automobilistas	CMDFCI/ Coordenação GF	1	0	1	0	1
Proprietários florestais e agrícolas	Flyers/ Brochuras com as medidas preventivas de gestão de combustível	CMS/Gabinete Florestal	0	1	0	1	0
	Flyers/ Brochuras com as medidas de segurança na execução dos trabalhos		1	0	1	0	1
	Sessões de sensibilização/esclarecimentos sobre temáticas várias de âmbito florestal	CMDFCI/ Coordenação GF	1	1	1	1	1
População Escolar	Flyers/ Brochuras com as medidas preventivas	CMS/Gabinete Florestal	1	0	1	0	1
	Sessões de sensibilização/esclarecimentos	CMDFCI/ Coordenação GF + Agrupamento Escolas + IVS	1	1	1	1	1
	Distribuição de material de campanhas de âmbito nacional	CMDFCI/ Coordenação GF	0	1	0	1	0
	Comemoração de efemérides e demais eventos temáticos	CMDFCI/ Coordenação GF + Agrupamento Escolas + IVS	1	1	1	1	1
TOTAIS			8	8	8	8	8

FISCALIZAÇÃO			INDICADOR MENSURÁVEL					
AÇÃO	META	RESPONSÁVEL	MEDIDA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Autos de notícia por ausência de gestão de combustível	Reduzir o número de autos elaborados	GNR	%	10	10	10	5	5
Avaliar o cumprimento técnico de gestão de combustível, resultante de autos de notícia	Cumprimento da execução dos critérios técnicos	CMS/GF	%	85	85	90	90	95
Disuasão de incendiário através de patrulhamento	Patrulhamento dos espaços rurais do Concelho	GNR	%	85	85	90	90	95
Realização de queimadas	No período crítico	GNR	nº	0	0	0	0	0
	Cumprimento dos requisitos para a realização de queimadas fora do período crítico	GNR	%	100	100	100	100	100
Realização de queimas	No período crítico ou fora deste quando RIF acima de elevado	GNR	%	90	90	95	95	95
Lançamento de artefactos pirotécnicos	Verificar o cumprimento das medidas preventivas e de segurança das autorizações prévias	GNR	%	100	100	100	100	100

4.2.3.4 2º EIXO – ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS

No Quadro 17, apresentam-se os responsáveis e os respectivos orçamentos previsionais, relativos ao 2º Eixo.

Quadro 17 – 2º EIXO – Orçamento e Responsáveis

GRUPO - ALVO	META	RESPONSÁVEIS	ORÇAMENTO (€)					
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	
SENSIBILIZAÇÃO								
População em Geral	Flyers/ Brochuras com as medidas de cumprimento de gestão de combustível e uso do fogo	CMS/Gabinete Florestal	0,00	750,00	0,00	750,00	0,00	
	Publicitação e divulgação de Editais e Avisos Conjuntos (ICNF, EDP, REN, entre	CMS/Gabinete Florestal	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	
	Disponibilização no sítio institucional, com: risco de incêndio diário, legislação temática e medidas sobre gestão florestal e combustível	CMS/Gabinete Florestal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Campanha de sensibilização aos fumadores/automobilistas	CMDFCI/ Coordenação GF	800,00	0,00	800,00	0,00	800,00	
Proprietários florestais e agrícolas	Flyers/ Brochuras com as medidas preventivas de gestão de combustível	CMS/Gabinete Florestal	0,00	750,00	0,00	750,00	0,00	
	Flyers/ Brochuras com as medidas de segurança na execução dos trabalhos	CMS/Gabinete Florestal + Aroflora	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
	Sessões de sensibilização/esclarecimentos sobre temáticas várias de âmbito florestal	CMDFCI/ Coordenação GF	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	
População Escolar	Flyers/ Brochuras com as medidas preventivas - crianças e jovens	CMS/Gabinete Florestal	800,00	0,00	800,00	0,00	800,00	
	Sessões de sensibilização/esclarecimentos crianças e jovens	CMDFCI/ Coordenação GF + Agrupamento Escolas + IVS	750,00	750,00	750,00	750,00	750,00	
	Distribuição de material de campanhas de âmbito nacional	CMDFCI/ Coordenação GF	0,00	750,00	0,00	750,00	0,00	
	Comemoração de efemérides e demais eventos temáticos	CMDFCI/ Coordenação GF + Agrupamento Escolas + IVS	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
FISCALIZAÇÃO								
Autos de notícia por ausência de gestão de combustível	Reduzir o número de autos elaborados	GNR	*	*	*	*	*	
Avaliar o cumprimento técnico de gestão de combustível, resultante de autos de notícia	Cumprimento da execução dos critérios técnicos	CMS/GF	850,00	850,00	850,00	850,00	850,00	
Disuasão de incendiário através de patrulhamento	Patrulhamento dos espaços rurais do Concelho	GNR	*	*	*	*	*	
Realização de queimadas	No período crítico	GNR	*	*	*	*	*	
	Cumprimento dos requisitos para a realização de queimadas fora do período	GNR	*	*	*	*	*	
Realização de queimas	No período crítico ou fora deste quando RIF acima de elevado	GNR	*	*	*	*	*	
Lançamento de artefactos pirotécnicos	Verificar o cumprimento das medidas preventivas e de segurança das autorizações prévias	GNR	*	*	*	*	*	
			TOTAIS	6.750,00	6.400,00	6.750,00	6.400,00	6.750,00

* Dados não disponibilizados

total eixo
33.050,00



4.3 3º EIXO ESTRATÉGICO – Melhoria da Eficácia do Ataque e da Gestão dos Incêndios

Neste Eixo, a organização dos recursos existentes é fundamental para garantir a precoce detecção e rápida intervenção dos incêndios florestais, evitando que estes tomem grandes proporções, cuja probabilidade é cada vez maior se tivermos em consideração o histórico de incêndios e o seu ciclo de retorno.

Para definir as Metas que se apresentam, foi tido em consideração a informação que consta no Caderno 1 – Caracterização climática e análise do histórico e causalidade de incêndios florestais, associados à RDFCI.

De seguida, apresentam-se os objectivos para este 3º Eixo, respeitando o PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.</i> - <i>Adequação da capacidade de 1.ª intervenção.</i> - <i>Melhorar a eficácia e vigilância pós-incêndio.</i>
OBJECTIVO OPERACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação e gestão da vigilância e deteção como um sistema integrado. - Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção. - Garantia correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio - Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Execução da inventariação dos meios e recursos existentes. - Definição de setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo, e da vigilância pós- incêndio. - Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção. - Identificação dos elementos do território relevantes para a decisão.

4.3.1. Avaliação

4.3.1.1 VIGILÂNCIA E DETECÇÃO

No **Mapa 15** identificam-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento (LEE's). A localização destes LEE's que funcionam em toda a fase Charlie e dependendo das condições climáticas em parte da fase Bravo e Delta, foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção eficaz.



Quadro 18 – Índice entre o nº de incêndios e o nº total de equipas de vigilância e deteção (2013-2014)

		2013		2014		
		Nº Equipas	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Incêndios	
Fases de Perigo	Alfa	1 Jan - 14 Mai	0	2	0	5
	Bravo	15 Mai - 14 Jun (*)	2	0	2	0
		15 Jun - 30 Jun (*)	5	1	5	1
	Charlie	1 Jul - 30 Set (*)	5	42	7	23
	Delta	1 Out - 15 Out (*)	5	0	7	1
		16 Out - 30 Out	2	1	2	1
Echo	1 Nov - 31 Dez	0	1	0	0	

* As equipas de sapedores florestais, só efectuam as ações de vigilância e deteção com accionamento de Alertas: amarelo, laranja e vermelho

Fonte: SGIF (2014); POM (2013,2014)

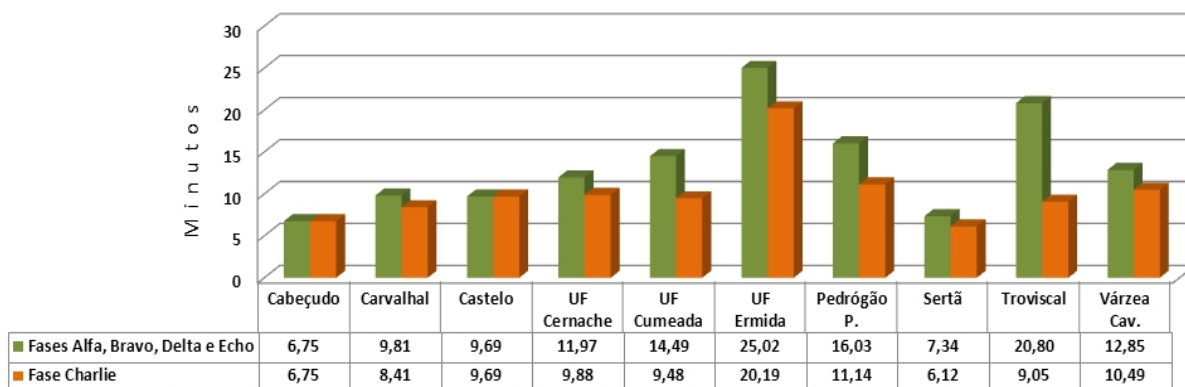
No Quadro 18 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho da Sertã, para os anos de 2013 e 2014. Constata-se que a fase Charlie justifica atenção redobrada, dado ser quando ocorrem o maior número de ignições - época mais seca e quente do ano.

4.3.1.2 1ª INTERVENÇÃO

No **Mapa 16A** e **Mapa 16B** em anexo representa-se o potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção, desde que é dado o alerta até a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações, na fase Charlie.

No **Gráfico 1**, apresentam-se os tempos médios para 1ª intervenção por freguesia. Como é possível constatar, nas fases ‘não-Charlie’ existem 2 freguesias com tempos acima dos 20 minutos: Troviscal (20.8 min) e Ermida (25.0 min). Porém, também é na Freguesia do Troviscal que se verifica uma significativa redução do tempo de 1ª intervenção na Fase Charlie, passando para um TMédio de 9,05 min.

Gráfico 1 – Valor Médio/Freguesia, do tempo de chegada – 1ª Intervenção



No Quadro 19, podemos verificar a relação de incêndios florestais, o número de equipas e o número de elementos de 1.ª intervenção no concelho da Sertã, para os anos de 2010 e 2011.

Quadro 19 – Índice entre o nº de incêndios e o nº total de equipas de 1ª Intervenção (2013-2014)

			2013			2014		
			Nº Equipas	Nº Elementos	Nº Incêndios	Nº Equipas	Nº Elementos	Nº Incêndios
Fases de Perigo	Alfa	1 Jan - 14 Mai	0	0	2	0	0	5
	Bravo	15 Mai - 14 Jun (*)	4	20	0	4	20	0
		15 Jun - 30 Jun (*)	4	20	1	4	20	1
	Charlie	1 Jul - 30 Set (*)	9	45	42	10	50	23
	Delta	1 Out - 15 Out (*)	4	20	0	4	20	1
		16 Out - 30 Out	2	10	1	2	10	1
Echo	1 Nov - 31 Dez	0	0	1	0	0	0	

* As equipas de sapedores florestais, só efectuam as ações de vigilância e deteção com accionamento de Alertas: amarelo, laranja e vermelho

4.3.1.3 RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO

No Quadro 20, apresentam-se o nº de reacendimentos por ano, desde 2002 até 2014.

Quadro 20 – Nº de reacendimentos/ano (2002-2014)

ANO	Nº Ocorrências	Nº Reacendimentos	%
2002	85	34	40,00
2003	80	2	2,50
2004	24	1	4,17
2005	126	21	16,67
2006	102	0	0,00
2007	53	0	0,00
2008	56	0	0,00
2009	46	0	0,00
2010	65	1	1,54
2011	46	0	0,00
2012	55	1	1,82
2013	51	0	0,00
2014	42	0	0,00

Fonte: SGIF/2014

4.3.2 Planejamento das ações referentes ao 3º Eixo Estratégico

Quadro 21 – 3º EIXO – Metas e Indicadores

ACÇÃO	FASE PERIGO	META	RESPONSÁVEIS	UNIDADE	INDICADORES				
					ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Vigilância e Detecção	Bravo a Delta	Coordenação das ações de Vigilância e Detecção	CMDFCI/CMS-GF	%	100	100	100	100	100
	Charlie	Equipas de Vigilância e Detecção DFCI	CMS, JF's, Aproflora	Nº	5	5	5	5	5
		Totais de deteção (Alerta), por:							
	Bravo a Delta	Postos de Vigia	GNR	%	20	25	25	25	25
	Charlie	Equipas DFCI	CMS, JF's, Aproflora	%	5	5	5	5	5
1ª Intervenção	Alfa	Constituição de Equipa DFCI	CMS, JF's	Nº	1	1	1	1	1
	Bravo	Formação para Equipa(s) DFCI	CMS, JF's, BV's	Nº	1	1	1	1	1
	Charlie	Equipas de 1ª Intervenção	CMS, JF's, Aproflora	Tempo para 1ª intervenção	<10 min nos respectivos sectores	<10 min nos respectivos sectores	<10 min nos respectivos sectores	<10 min nos respectivos sectores	<10 min nos respectivos sectores
COMBATE	Bravo a Delta	Cumprimento da DON nº2 - DECIF	CMDFCI	%	100	100	100	100	100
RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCENDIO	Bravo a Delta	Cumprimento da DON nº2 - DECIF	CMDFCI	%	100	100	100	100	100
		Deteção de reacendimentos, por:							
	Bravo a Delta	Postos de Vigia	GNR	%	3	3	3	3	3
	Charlie	Equipas Vigilância/DFCI	CMS, JF's, Aproflora	%	5% nos respectivos sectores	5% nos respectivos sectores	5% nos respectivos sectores	5% nos respectivos sectores	5% nos respectivos sectores

4.3.3 Orçamento e responsáveis

Neste ponto é requerida a indicação de estimativa de orçamento por parte dos vários responsáveis/participantes, contudo é algo que nem todas as entidades poderão indicar atendendo à pertinência da informação. Motivo pelo qual apenas se prevê uma orçamentação apenas no que corresponde à responsabilidade total ou parcial da Câmara Municipal da Sertão, enquanto entidade coordenadora da CMDFCI.

Quadro 22 – 3º EIXO - Orçamento e Responsáveis

ACÇÃO	META	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Vigilância e Detecção	Bravo a Delta Coordenação das ações de Vigilância e Detecção (CMS)	8.500,00	8.755,00	9.017,65	9.288,18	9.566,82
	Charlie Equipas de Vigilância e Detecção DFCI	19.755,00	20.347,65	20.958,08	21.586,82	22.234,43
1ª Intervenção	Alfa Constituição de Equipa DFCI	300,00	309,00	318,27	327,82	337,65
	Bravo Formação para Equipa(s) DFCI	1.250,00	1.287,50	1.326,13	1.365,91	1.406,89
	Charlie Equipas de 1ª Intervenção	25.030,00	25.780,90	26.554,33	27.350,96	28.171,49
COMBATE	Bravo a Delta Cumprimento da DON nº2 - DECIF	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCENDIO	Bravo a Delta Cumprimento da DON nº2 - DECIF	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Total ano

54.835,00	56.480,05	58.174,45	59.919,69	61.717,28
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

4.4 4º EIXO ESTRATÉGICO – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas

De seguida, apresentam-se os objectivos para este 4º Eixo, respeitando o PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	<i>Recuperar e reabilitar os ecossistemas</i>
OBJECTIVO OPERACIONAL	- Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios florestais e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.
AÇÕES	- Identificar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo. - Definição das tipologias de reabilitação a aplicar, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa de infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

A orografia do concelho apresenta grandes declives, o que conjugado com a desflorestação/desmatação após a passagem de incêndios florestais, leva a que possam ocorrer alguns escorregamentos de solos, o que constitui um perigo para as populações das localidades situadas nos vales adjacentes e para a qualidade dos recursos hídricos.

A este Eixo correspondem 2 tipos de actuação:

TIPO	INTERVENÇÃO APÓS INCÊNDIO	OBJECTIVOS
Estabilização de Emergência	No curto-prazo	- Evitar a degradação dos recursos (água e solo) - Evitar a degradação das infra-estruturas (RVF e passagens hidráulicas)
TIPO	INTERVENÇÃO APÓS INCÊNDIO OU AGENTES BIÓTICOS	OBJECTIVOS
Reabilitação de Povoamentos	No médio-prazo	- Restabelecimento do potencial produtivo e ecológico

4.4.1 Avaliação

4.4.1.1 ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Após a passagem dos incêndios florestais de 2003, que reduziu significativamente a área florestal do concelho, o Município da Sertã, através dos seus serviços técnicos (Gabinete Florestal) procedeu à identificação das áreas onde a susceptibilidade de erosão, evidenciava a necessidade de proceder a acções de Estabilização de Emergência.

Porém, essa avaliação obviamente era específica para as áreas percorridas por aqueles incêndios. No **Mapa**

17, apresentam-se as áreas genericamente susceptíveis de necessidade de intervenção caso sejam percorridas incêndio florestal.

4.4.1.2 REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E DE HABITATS FLORESTAIS

No **Mapa 18** identificam-se as áreas com necessidade de reabilitação de povoamentos e aquelas sem capacidade de recuperação.

4.4.2 Planeamento das Ações referentes ao 4º Eixo Estratégico

4.4.2.1 ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As cinzas e o solo são facilmente mobilizados pelos primeiros episódios chuvosos e não ficando retidos (devido à destruição dos obstáculos, ramos, folhas, raízes, etc.) são arrastados ao longo das encostas, o que pode resultar na erosão do solo e na degradação da qualidade da água (poluição) a jusante das áreas queimadas.

As áreas cartografadas com área **Elevada**, considerada de maior risco, em que predominam os solos delegados e declives acentuados junto a linhas de água. Áreas da Reserva Ecológica Nacional, classificadas com risco de erosão. Estas áreas serão as de 1ª prioridade.



A **área Moderada**, considerada de risco intermédio, em que predominam os solos com alguma profundidade, pouca a nenhuma pedregosidade e declives acentuados junto a linhas de água. Áreas da Reserva Ecológica Nacional, classificadas com risco de erosão.



Caso ocorram situações semelhantes, deverão ser implementadas medidas de mitigação, nomeadamente, os cortes de povoamentos a permitir não deverão ser rasos e o material sobranete deverá ser destroçado ou triturado e permanecer no local, como forma de protecção do solo. Constituem as áreas de 2ª prioridade.



Fonte: GF - Parque de Rezello – Região Toscana (Itália'2004)



No Quadro 23 apresentam-se de forma genérica vectores e as medidas a implementar para minimizar os impactos:

Quadro 23 – 4º EIXO – Vectores de actuação e respectivas medidas de mitigação dos riscos de erosão

VECTORES	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO (A adaptar às situações concretas)
Encostas /Vertentes	<ul style="list-style-type: none"> - Abate dirigido de madeira queimada - Sementeira de herbáceas - Aplicação de resíduos orgânicos - Abate de madeira queimada e estilhaçamento - Faixas ou barreiras com vegetação, com troncos ou outros materiais orgânicos - Execução manual de sulcos perpendiculares ao maior declive da vertente
Linhas de água	<ul style="list-style-type: none"> - Limpeza e desobstrução de linhas de água - Limpeza e desobstrução das passagens hidráulicas - Consolidação de margens de linhas de água e aplicação de biorolos - Abate de árvores mortas
Infra-estruturas (Rede Viária)	<ul style="list-style-type: none"> - Correção dos escorrimentos superficiais sobre os pavimentos - Consolidação de taludes ao longo da rede viária - Corte e remoção de arvoredos caídos sobre os caminhos - Remoção de afloramentos rochosos e de acumulação de resíduos

Fonte: Adaptado de Gestão Pós Fogo-Brochura-DGRF2005

No caso de **reconversão florestal do eucaliptal**, o ideal será adiar a operação de remoção das toíças até ao Verão seguinte, com o objectivo de garantir uma cobertura vegetal mínima que proteja o solo da erosão;

Em **povoamentos de resinosas** (pinheiro bravo, pinheiro manso, pinheiro silvestre, entre outras) **e/ou eucaliptos** devem ser cortadas todas as árvores cuja copa se encontre completamente afectada;

Em **povoamentos de folhosas caducifólias** (freixo, choupo, amieiro, carvalho sp. e castanheiro) **e não caducifólias** (sobreiro e azinheira,) deve deixar-se passar uma Primavera para um diagnóstico rigoroso do estado das árvores, antes de decidir sobre a sua remoção;

Também se deve considerar a possibilidade de efectuar uma **extracção selectiva**, não removendo as árvores queimadas em zonas altamente susceptíveis à erosão (por exemplo, em grandes declives ou em solos mais propensos à erosão).

Aqui é então possível equacionar, a construção, com o material lenhoso sem aproveitamento, de barreiras de modo a reduzir a escorrência e velocidade dos sedimentos, cujo destino será certamente as linhas de



água permanentes.

Quadro 24 – 4ª EIXO – Indicação temporal para adequada remoção de material lenhoso após incêndio florestal

Povoamentos de	LENHO PARA SERRAÇÃO	LENHO PARA TRITURAÇÃO	
		Uso Industrial	Uso para Biomassa
Resinosas			
Pinheiro-bravo	Até Dezembro Ano N	Até Setembro Ano N+1	Até Setembro Ano N+1
Outras resinosas	Até Dezembro Ano N	Até Setembro Ano N+1	Até Setembro Ano N+1
Folhosas			
Eucalipto	No decorrer de Ano N+1	No decorrer de Ano N+1	Até Setembro Ano N+1
Outras resinosas	Até Setembro Ano N+1	Até Setembro Ano N+1	Até Setembro Ano N+1

Fonte: Adaptado de Gestão Pós Fogo-Brochura-DGRF2005 | Ano N = Ano da ocorrência de Incêndio Florestal

As medidas e indicações temporais não são limitativas, ou seja, apresenta-se aqui as que comumente são aplicadas, sendo que outras técnicas de engenharia natural poderão ser implementadas consoante as situações concretas.

É necessário salientar que as medidas mitigadoras necessárias para a estabilização de emergência, são difíceis de implementar atendendo às características do Concelho da Sertão, semelhante aos demais concelhos do PIS: mais de 90% propriedade privada, minifúndio, falta de cadastro, reduzida iniciativa e conhecimentos dos proprietários, falta de programas de incentivos com maiores percentagens de financiamento.

A questão da responsabilidade e dos participantes é sempre um aspecto delicado nestas matérias. À semelhança do que aconteceu nos incêndios de 2003 e 2005, as áreas prioritárias foram identificadas cartografadas pelos Gabinetes Florestais a pedido da então Direção Regional de Agricultura da Beira Interior (actual DRAPC), as medidas mitigadoras definidas contudo, em prédios rústicos privados nada foi implementado. Pelo que, é possível afirmar que a responsabilidade pela implementação é dos proprietários; os participantes poderão ser: ICNF, CMS/GF, BV's e GNR/SEPNA.

4.4.2.1 REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E DE HABITATS FLORESTAIS

Neste ponto é fundamental salientar que consta do Guião Metodológico, a *Proteção da regeneração natural* (...), o que nesta Região associa-se de imediato (no extracto arbóreo) ao Pinheiro-bravo. Sem descurar, obviamente da importância em proteger os poucos espaços ainda ocupados por Castanheiros, Sobreiros, povoamentos mistos e espécies ripícolas (Freixos, amieiros, salgueiros, entre outras).

Atendendo ao facto da ocorrência de incêndios ciclicamente, existem espaços florestais que se encontram



ocupados com pinheiro-bravo que, devido ao facto estarem numa fase jovem de crescimento não chegam a produzir semente caso ocorra novamente um incêndio florestal. Logo, são estas as áreas onde se constata uma alteração da composição dos povoamentos, isto é, os proprietários procedem muito rapidamente à instalação de povoamentos de eucalipto, sempre com a chancela da obtenção de maior rentabilidade no menor intervalo de tempo.

Para que se constate uma real e territorial conservação de espécies e protecção da regeneração, é igualmente imprescindível que aquando dos pedidos de particulares para alteração da composição dos povoamentos/propriedades, no âmbito do Regime Jurídico de Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), o próprio ICNF cumpra as premissas técnicas definidas para as áreas percorridas por incêndios, em que num prazo de 10 anos não poderá ser feita a substituição de espécies por outras ‘tecnicamente inadequadas’, conforme disposto em diploma vigente.

Paralelamente, os proprietários florestais deverão cumprir as Boas Práticas Florestais e as medidas DFCI constantes do presente Plano e demais legislação vigente na matéria. Sendo que os constrangimentos indicados no ponto anterior, replicam-se aqui.

4.5 5º EIXO ESTRATÉGICO – Adopção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

De seguida, apresentam-se os objectivos para este 5º Eixo, respeitando o PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio).

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	<i>Operacionalização da CMDFCI</i>
OBJECTIVO OPERACIONAL	- Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações - Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI - Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM - Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos - Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF - Estabelecer a data de aprovação do POM - Explicitar o período de vigência do PMDFCI

4.5.1 Avaliação

4.5.1.1 FORMAÇÃO

As necessidades de formação, constam do **Quadro 25**.

Quadro 25 – Necessidades de Formação da CMDFCI

TIPO DE FORMAÇÃO	ENTIDADE	Nº ELEMENTOS
Coordenação	Câmara Municipal/Gabinete Técnico	3
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Câmara Municipal	5
	Juntas de Freguesia	15
	Sapadores Florestais	10
	GNR (Equipas Postos Vigia)	9
Combate	Bombeiros Voluntários	Gestão interna
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Entidades identificadas anteriormente	Quantitativos mencionados anteriormente

4.5. Planeamento das ações referentes ao 5º Eixo Estratégico

4.5.2.1 ORGANIZAÇÃO SDFCI

4.5.2.1.1 Entidades intervenientes e identificação de ações

Apresenta-se no **Quadro 26** encontram-se as entidades intervenientes no SDFCI do PMDFCI e identificam-se as competências na implementação das diferentes ações por eixos estratégicos.

Quadro 26 – Entidades intervenientes pelas ações dos eixos estratégicos

ENTIDADES	ATRIBUIÇÕES e COMPETÊNCIAS
CMS/ Gabinete Florestal	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalizar e acompanhar as ações de silvicultura preventiva, nomeadamente as ações de gestão de combustíveis nas faixas de protecção da rede Primária e secundária. - Proceder à beneficiação de infra-estruturas da rede viária florestal. - Proceder à construção, beneficiação e manutenção de pontos de água - Coordenação de equipas de vigilância-deteção (CMS-JF's); - Co-responsável pelo levantamento perimetral de áreas percorridas por incêndios. - Operacionalizar campanhas de sensibilização para os diferentes grupos-alvo
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	<ul style="list-style-type: none"> - Prestar apoio técnico sobre a operacionalização da rede secundária - Coordenação da rede primária - Coordenação das ações de recuperação e reabilitação de espaços florestais.
Juntas e UF's de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar recursos materiais para a vigilância e deteção - Colaborar nas ações de sensibilização e divulgação
Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim e Sertã	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na identificação de aspetos operacionais que necessitem de revisão; - Actualização do inventário de meios (materiais e humanos) disponíveis - Responsáveis pelo combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio - Apoio nas ações de sensibilização e divulgação;



ENTIDADES	ATRIBUIÇÕES e COMPETÊNCIAS
Guarda Nacional Republicana / SEPNA	- Acompanhar as ações de gestão de combustíveis da responsabilidade dos diferentes intervenientes; - Responsável pela vigilância fixa (postos de vigia) e ações de fiscalização - Co-responsável pelo levantamento perimetral de áreas percorridas por incêndios.
Proprietário/produtor florestal	- Colaboração na realização de ações de gestão de combustível da responsabilidade de demais entidades - Cumprimento das restrições de uso do fogo - Responsável pela gestão de combustível da rede secundária (aglomerados populacionais, edifícios isolados e mosaicos de parcelas de gestão)
Aproflora/Sapadores Florestais	- Cumprimento do serviço público nas áreas indicadas pelo ICNF - Realização de ações de silvicultura preventiva
GENERG/EDP/REN/ESTRADAS DE PORTUGAL	- Execução dos trabalhos de implementação/manutenção das faixas de gestão de combustível, nas áreas estipuladas na legislação vigente.

4.5.2.1.2 Programa de Formação e Estimativa Orçamental

No **Quadro 27** apresenta-se o programa de formação e estimativa orçamental anual.

Quadro 27 – Programa de formação e estimativa orçamental anual

TIPO DE FORMAÇÃO	ENTIDADE	Nº ELEMENTOS	Orçamento (€)				
			ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Coordenação	Câmara Municipal/Gabinete Técnico	3	18.000,00	17.250,00	17.250,00	17.250,00	17.250,00
Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção	Câmara Municipal	5	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Juntas de Freguesia	15	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00	2.250,00
	Sapadores Florestais	10	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00
	GNR (Equipas Postos Vigia)	9	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros Voluntários	Gestão interna	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Entidades identificadas anteriormente	Quantitativos mencionados anteriormente	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Total ano			22.500,00	21.750,00	21.750,00	21.750,00	21.750,00

4.5.2.1.3 Reuniões anuais da CMDFCI - Cronograma

No **Quadro 28**, apresenta-se o Cronograma anual para a realização das reuniões Ordinárias e Extraordinárias da CMDFCI.

Quadro 28 – Cronograma das reuniões anuais da CMDFCI

REUNIÕES ORDINÁRIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Análise do POM				até								
Eventual alteração do PMDFCI				15								
Análise/Avaliação da época DECIF												
Relatório anual execução do PMDFCI												
REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	Sempre que haja necessidade ou solicitação de representante(s)											



4.5.2.1.4 Vigência do PMDFCI e aprovação anual do POM

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho da Sertão tem um prazo de vigência de 5 (cinco) anos, após a sua aprovação e encontra-se sujeito a actualizações quando haja pertinência para o efeito, visto ser um documento dinâmico.

Após o período de vigência e até à aprovação do novo documento, deverão manter-se as acções presentemente preconizadas, numa perspectiva de dar continuação e execução lógica ao planeamento estruturado.

O Plano Operacional Municipal do Concelho da Sertão é anual com actualizações até 15 de Abril de cada ano.



5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

No **Quadro 29**, apresenta-se a estimativa orçamental, por Eixos Estratégicos e por anos, para a globalidade do Plano.

Quadro 29 – Estimativa de orçamento por Eixo Estratégico, por ano, para o período de vigência do Plano

ORÇAMENTO (€)						
EIXOS ESTRATÉGICOS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	TOTAL /EIXO
1º EIXO	3.251.195,97	3.129.228,28	3.706.318,57	3.169.857,76	3.130.939,95	16.387.540,54
2º EIXO	6.750,00	6.400,00	6.750,00	6.400,00	6.750,00	33.050,00
3º EIXO	54.835,00	56.480,05	58.174,45	59.919,69	61.717,28	291.126,46
4º EIXO	a definir	a definir	a definir	a definir	a definir	0,00
5º EIXO	22.500,00	21.750,00	21.750,00	21.750,00	21.750,00	109.500,00
TOTAL/ANO	3.335.280,97	3.213.858,33	3.792.993,02	3.257.927,45	3.221.157,23	16.821.217,00